

GOVERNANÇA EM SAÚDE E DECISÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: IMPLICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SISTEMAS DE SAÚDE

HEALTH GOVERNANCE AND EVIDENCE-BASED DECISION MAKING: IMPLICATIONS FOR THE FORMULATION AND MANAGEMENT OF PUBLIC POLICIES IN HEALTH SYSTEMS

Artigo recebido em: 02/12/2025

Artigo aceito em: 27/02/2026

Herica Francine Pinto Meneses*

*Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5205508078354837>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3183-2948>

hericafrancine@gmail.com

Giovanna da Silva Barros**

**Afyfa Faculdade de Ciências Médicas de Palmas (AFYA), Palmas, Tocantins, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5419241195457661>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1081-916X>

barros.giovanna13@gmail.com

Marckson da Silva Paula***

***Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3416874995674113>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9575-0720>

profmarckson@gmail.com

Marttem Costa de Santana****

****Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pesqueira, Pernambuco, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2609398095194155>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8701-9403>

marttem.santana@pesqueira.ifpe.edu.br

Sofia Ferreira Machado*****

*****Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2713022871948015>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1984-1451>

machadoferreirasofia@gmail.com

Soraia Arruda*****

*****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1677651379583118>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5506-0009>

so_arruda@hotmail.com

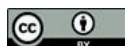
Domingos de Souza Pelaes Neto*****

*****Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1689901059624187>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0278-1857>

domingospelaesneto@gmail.com



Albertino Kennedy Nazário da Silva*****

*****Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte (Estacio Natal), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8834207719172041>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6625-7033>
albertinokennedy@gmail.com

Everaldo dos Santos Mendes*****

*****Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), Coimbra, Portugal
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6102492484900096>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0245-4167>
mendes.sefaradi@unifap.br

Estélio Henrique Martin Dantas*****

*****Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0025606802583162>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0981-8020>
estelio.dantas@unirio.br

The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

A governança em saúde tem assumido papel central na organização e no aprimoramento dos sistemas de saúde contemporâneos, especialmente diante da crescente complexidade das demandas sanitárias e da necessidade de decisões públicas mais eficientes e transparentes. Nesse contexto, a incorporação de evidências científicas nos processos decisórios torna-se elemento fundamental para orientar a formulação e a gestão de políticas públicas mais eficazes. O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações da governança em saúde baseada em evidências para a formulação e a gestão de políticas públicas em sistemas de saúde. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura em bases de dados científicas reconhecidas na área da saúde e das políticas públicas. A análise do material selecionado permitiu identificar que a utilização sistemática de evidências científicas contribui para fortalecer a qualidade das decisões governamentais, favorecer maior racionalidade administrativa e aprimorar o monitoramento das políticas implementadas. Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à tradução do conhecimento científico para a prática administrativa e à integração entre produção acadêmica e gestão pública. Desse modo, conclui-se que o fortalecimento de mecanismos institucionais voltados à decisão baseada em evidências representa estratégia fundamental para o aprimoramento da governança em saúde e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e socialmente orientadas.

Abstract

Health governance has assumed a central role in the organization and improvement of contemporary health systems, particularly in light of the increasing complexity of health demands and the need for more efficient and transparent public decision-making. In this context, the incorporation of scientific evidence into decision-making processes becomes a fundamental element for guiding the formulation and management of more effective public health policies. This study aimed to analyze the implications of evidence-based health governance for the formulation and management of public policies in health systems. To achieve this objective, a qualitative approach was adopted through a literature review conducted in recognized scientific databases in the fields of health and public policy. The analysis of the selected literature indicated that the systematic use of scientific evidence contributes to strengthening the quality of governmental decisions, promoting greater administrative rationality and improving the monitoring of implemented policies. However, challenges were also identified, particularly those related to the translation of scientific knowledge into administrative practice and the integration between academic production and public management. Therefore, the study concludes that strengthening institutional mechanisms aimed at evidence-based decision-making represents a key strategy for improving health governance and for developing more effective and socially responsive public health policies.

,

Palavras-chave: Governança em Saúde. Políticas Públicas. Tomada de Decisão Baseada em Evidências. Gestão em Saúde.

Keywords: *Health Governance. Public Policy. Evidence-Based Decision Making. Health Management.*

1 INTRODUÇÃO

A governança em saúde tem adquirido crescente centralidade nas discussões contemporâneas acerca da organização e do funcionamento dos sistemas de saúde, especialmente em contextos marcados por mudanças epidemiológicas, pressões financeiras e ampliação das demandas sociais por serviços de qualidade (Haby *et al.*, 2025). Nesse cenário, a capacidade dos governos de formular e implementar políticas públicas eficazes depende, em grande medida, da articulação entre conhecimento científico, processos institucionais e mecanismos de tomada de decisão orientados por evidências (Suazo-Galdames *et al.*, 2025).

Sob essa perspectiva, torna-se possível compreender que a governança em saúde envolve não apenas estruturas administrativas e regulatórias, mas também práticas institucionais voltadas à incorporação de informações científicas no planejamento e na gestão das políticas públicas, pois como pontua Haby *et al.* (2025), os sistemas de saúde que incorporam evidências científicas nos processos decisórios apresentam maior capacidade de formular políticas públicas mais consistentes e alinhadas às necessidades sanitárias da população.

Nesse contexto, observa-se que a crescente complexidade dos sistemas de saúde tem exigido que gestores públicos e formuladores de políticas adotem estratégias capazes de integrar diferentes fontes de conhecimento na definição de prioridades sanitárias (Haby *et al.*, 2025). Conforme assinala Kolt *et al.* (2026), a tomada de decisão baseada em evidências constitui um dos principais instrumentos para fortalecer a governança em saúde, pois permite que as políticas públicas sejam estruturadas a partir de informações científicas qualificadas, contribuindo para reduzir incertezas administrativas e aprimorar a eficiência das intervenções sanitárias.

Entretanto, apesar da relevância atribuída ao uso de evidências científicas na formulação de políticas públicas, a literatura recente evidencia que a incorporação desse conhecimento nos processos decisórios ainda enfrenta obstáculos institucionais significativos. Pois, de acordo com Suazo-Galdames *et al.* (2025), uma das principais

dificuldades observadas na gestão pública em saúde refere-se à distância existente entre a produção científica e os processos de formulação de políticas públicas, situação que frequentemente limita a utilização de evidências na definição das estratégias governamentais.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender de que maneira a governança em saúde pode ser fortalecida por meio da incorporação sistemática de evidências científicas nos processos decisórios que orientam a formulação e a gestão das políticas públicas. Nesse sentido, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que forma a governança em saúde baseada em evidências influencia os processos de formulação e gestão de políticas públicas em sistemas de saúde? Conforme destaca Jabali *et al.* (2024), a compreensão dessa relação é fundamental para identificar estratégias institucionais capazes de promover maior integração entre ciência e gestão pública, contribuindo para a construção de políticas sanitárias mais eficazes.

A relevância deste estudo justifica-se pelo fato de que a consolidação de modelos de governança orientados por evidências representa um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de saúde contemporâneos. Pois, conforme assinala Whelan *et al.* (2025), a construção de estruturas institucionais voltadas à promoção de políticas públicas informadas por evidências tem se mostrado fundamental para fortalecer a capacidade dos governos de responder a problemas sanitários complexos. Assim, a análise da relação entre governança em saúde e decisão baseada em evidências contribui para ampliar a compreensão sobre os mecanismos que orientam a formulação de políticas públicas mais eficientes e socialmente responsáveis.

Partindo dessas considerações, estabelece-se como hipótese que a incorporação sistemática de evidências científicas nos processos decisórios fortalece a governança em saúde, contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades da população. Conforme bem pontua Paschoalotto *et al.* (2026), sistemas de saúde que estruturam mecanismos institucionais de apoio à tomada de decisão baseada em evidências tendem a apresentar maior capacidade de adaptação diante de desafios sanitários e institucionais, o que reforça a importância de fortalecer essas práticas no âmbito da gestão pública.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as implicações da governança em saúde baseada em evidências para a formulação e gestão de políticas públicas em sistemas de saúde. Busca-se, portanto, compreender de que

maneira a integração entre conhecimento científico e processos decisórios institucionais pode contribuir para o fortalecimento da gestão pública em saúde, promovendo políticas sanitárias mais eficazes, transparentes e orientadas para as necessidades da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A governança em saúde tem assumido função essencial nas discussões contemporâneas sobre formulação e implementação de políticas públicas, especialmente em contextos nos quais os sistemas de saúde enfrentam demandas crescentes, restrições orçamentárias e desafios relacionados à complexidade epidemiológica das populações (Paschoalotto *et al.*, 2026). Nesse cenário, a capacidade institucional de produzir, interpretar e mobilizar evidências científicas nos processos decisórios torna-se elemento fundamental para garantir maior efetividade, transparência e legitimidade às políticas públicas em saúde (Jabali *et al.*, 2024).

É bem como bem pontua Haby *et al.* (2025), que afirma que a incorporação sistemática de evidências na formulação de políticas públicas constitui um dos principais mecanismos capazes de fortalecer a qualidade das decisões governamentais, permitindo que estratégias de intervenção sejam estruturadas a partir de informações científicas consistentes e alinhadas às necessidades sanitárias da população.

Sob essa perspectiva, a governança em saúde pode ser compreendida como um conjunto de mecanismos institucionais que orientam a organização, a coordenação e a regulação das ações e políticas no interior dos sistemas de saúde. Trata-se, portanto, de um processo que envolve diferentes atores sociais, incluindo gestores públicos, profissionais da saúde, pesquisadores e instituições governamentais, os quais interagem na definição de prioridades, na alocação de recursos e na implementação de estratégias voltadas à promoção da saúde coletiva (Suazo-Galdano *et al.*, 2025).

Nesse sentido, conforme assinala Paschoalotto *et al.* (2026), a governança em sistemas de saúde depende da capacidade das instituições públicas de articular conhecimento científico, estruturas administrativas e processos decisórios de maneira integrada, garantindo que as políticas públicas sejam capazes de responder de forma eficaz às demandas sociais e epidemiológicas.

Nesse contexto, a tomada de decisão baseada em evidências emerge como um dos principais instrumentos para o fortalecimento da governança em saúde, pois permite que

gestores e formuladores de políticas públicas utilizem conhecimentos científicos como fundamento para a definição de estratégias sanitárias. Pois, de acordo com Suazo-Galdames *et al.* (2025), o uso de evidências científicas nos processos decisórios contribui para reduzir incertezas administrativas e aumentar a eficiência das políticas públicas, favorecendo a implementação de intervenções mais eficazes e socialmente responsivas. Com isso, torna-se possível compreender que a integração entre produção científica e gestão pública constitui elemento central para o desenvolvimento de sistemas de saúde mais robustos e sustentáveis.

Entretanto, a incorporação de evidências científicas nos processos de formulação de políticas públicas ainda enfrenta desafios institucionais significativos (Whelan *et al.*, 2025). Conforme destaca Jabali *et al.* (2024), a distância existente entre produção científica e tomada de decisão política constitui um dos principais obstáculos para a consolidação de políticas públicas baseadas em evidências. Isso ocorre, em grande parte, porque os conhecimentos produzidos no campo acadêmico nem sempre são traduzidos de maneira acessível para gestores públicos, dificultando sua utilização no contexto das decisões administrativas.

Nesse sentido, observa-se que a efetividade da governança baseada em evidências depende da construção de mecanismos institucionais capazes de promover a chamada tradução do conhecimento, processo que busca transformar resultados científicos em informações aplicáveis à gestão pública.

Diante desse cenário, diversos autores têm destacado a importância da construção de ecossistemas institucionais voltados à promoção de políticas públicas informadas por evidências. Conforme assinala Whelan *et al.* (2025), tais ecossistemas envolvem a criação de estruturas organizacionais destinadas a facilitar a interação entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas, permitindo que evidências científicas sejam incorporadas de forma mais consistente nos processos decisórios governamentais. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a institucionalização de mecanismos de apoio à decisão baseada em evidências representa estratégia fundamental para fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de formular políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

Além disso, Kolt *et al.* (2026) destacam que a consolidação da tomada de decisão baseada em evidências exige mudanças estruturais nas instituições públicas, incluindo o desenvolvimento de competências técnicas voltadas para a interpretação e utilização de

informações científicas no planejamento de políticas públicas. Nesse contexto, observa-se que a governança baseada em evidências depende não apenas da disponibilidade de dados científicos, mas também da existência de capacidades institucionais capazes de transformar esse conhecimento em decisões estratégicas capazes de orientar a gestão dos sistemas de saúde.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel das organizações internacionais na promoção de modelos de governança orientados por evidências. Conforme destaca a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2025), governos que investem na construção de sistemas institucionais de apoio à decisão baseada em evidências apresentam maior capacidade de desenvolver políticas públicas mais eficientes, transparentes e alinhadas às necessidades da população. Assim, pode-se afirmar que a incorporação de evidências científicas nos processos decisórios não apenas fortalece a qualidade das políticas públicas, mas também contribui para ampliar a confiança social nas instituições responsáveis pela gestão da saúde.

Diante dessas considerações, torna-se possível compreender que a governança em saúde baseada em evidências configura-se como um modelo de gestão que busca integrar conhecimento científico, estruturas institucionais e processos decisórios na formulação de políticas públicas. Desse modo, a articulação entre produção científica e gestão pública assume papel estratégico no fortalecimento dos sistemas de saúde, permitindo que decisões governamentais sejam orientadas por critérios técnicos, epidemiológicos e sociais, contribuindo, assim, para a construção de políticas públicas mais eficazes e socialmente comprometidas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa, desenvolvida com o propósito de compreender de que maneira a governança em saúde, associada à tomada de decisão baseada em evidências, repercute nos processos de formulação e gestão de políticas públicas em sistemas de saúde contemporâneos. Trata-se, portanto, de um delineamento investigativo que busca interpretar criticamente produções científicas recentes que discutem a relação entre conhecimento científico, gestão pública e processos decisórios na área da saúde.

Sob essa perspectiva, a revisão de literatura apresenta-se como estratégia metodológica pertinente, pois, a análise sistemática do conhecimento disponível permite identificar padrões conceituais, lacunas analíticas e tendências teóricas que orientam o desenvolvimento das políticas públicas informadas por evidências. A escolha por uma revisão de literatura justifica-se pelo fato de que a temática investigada envolve dimensões institucionais, políticas e científicas complexas, exigindo uma abordagem que permita reunir diferentes contribuições teóricas e analíticas presentes na produção acadêmica recente.

A busca pelas publicações foi realizada em bases de dados científicas amplamente reconhecidas na área da saúde e das políticas públicas, selecionadas em virtude de sua relevância acadêmica e de sua abrangência internacional. Foram consultadas as seguintes bases: Biblioteca Virtual em Saúde, Scientific Electronic Library Online, National Library of Medicine por meio da base PubMed, bem como a base multidisciplinar Scopus. A escolha dessas plataformas justifica-se pelo fato de que concentram periódicos científicos de elevado rigor editorial, permitindo acesso a produções acadêmicas relevantes para a compreensão da governança em saúde e da tomada de decisão baseada em evidências.

Para a realização das buscas foram utilizados descritores em português e em inglês, considerando que grande parte da produção científica sobre governança em saúde e políticas públicas encontra-se publicada em periódicos internacionais. As palavras-chave empregadas foram: “governança em saúde”, “políticas públicas em saúde”, “tomada de decisão baseada em evidências”, “governança de sistemas de saúde”, “evidence-informed policymaking”, “health governance” e “evidence-based decision making”.

A combinação desses termos ocorreu por meio da utilização de operadores booleanos, permitindo ampliar ou refinar os resultados obtidos. Assim, foram realizados cruzamentos utilizando os operadores “AND” e “OR”, estruturados da seguinte maneira: governança em saúde AND políticas públicas em saúde; governança em saúde AND tomada de decisão baseada em evidências; health governance AND evidence-based decision making; evidence-informed policymaking AND health systems Governance.

Esse procedimento possibilitou identificar produções científicas diretamente relacionadas ao objeto investigado, garantindo maior precisão na seleção dos materiais analisados.

Com o objetivo de assegurar a atualidade e a relevância das produções incluídas na análise, foram definidos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Como critérios de inclusão, consideraram-se: artigos científicos publicados entre os anos de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e seis, disponíveis integralmente em formato digital, redigidos em português ou inglês e que abordassem de forma direta a relação entre governança em saúde, formulação de políticas públicas e tomada de decisão baseada em evidências. Também foram incluídos relatórios institucionais de organismos internacionais reconhecidos na área da saúde pública, considerando sua relevância na formulação de diretrizes globais para políticas de saúde.

Por outro lado, foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema investigado, publicações duplicadas identificadas em mais de uma base de dados, bem como documentos que abordavam a temática de maneira tangencial, sem discutir explicitamente a relação entre evidências científicas e processos decisórios na gestão pública em saúde. Além disso, foram excluídos materiais sem acesso ao texto completo ou que apresentavam inconsistências metodológicas que comprometiam sua análise.

Após a aplicação dos critérios de seleção, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, realizando-se posteriormente uma análise interpretativa e temática do conteúdo. Esse processo permitiu identificar categorias analíticas recorrentes na literatura, tais como governança em saúde, sistemas de informação, produção de evidências científicas e processos de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

Assim, a metodologia adotada permitiu reunir e interpretar contribuições teóricas recentes sobre governança em saúde e decisão baseada em evidências, possibilitando discutir de maneira fundamentada as implicações desses elementos para a formulação e gestão de políticas públicas em sistemas de saúde contemporâneos. Nesse sentido, a análise realizada oferece subsídios para compreender como diferentes contextos institucionais têm buscado integrar conhecimento científico e processos decisórios, fortalecendo a capacidade dos sistemas de saúde de responder às demandas sociais e aos desafios sanitários atuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A governança em saúde contemporânea tem sido progressivamente orientada por princípios que enfatizam a incorporação sistemática de evidências científicas nos processos decisórios que estruturam as políticas públicas e a gestão dos sistemas de saúde. Sob essa perspectiva, é possível compreender que a qualidade das decisões governamentais depende, em grande medida, da capacidade institucional de interpretar informações qualificadas, transformando dados e conhecimentos em diretrizes estratégicas capazes de orientar intervenções eficazes no campo da saúde coletiva (Ferreira *et al.*, 2025).

É bem como bem pontua Haby *et al.* (2025), afirmando que a formulação de políticas públicas informadas por evidências constitui elemento central para a construção de sistemas de saúde mais responsivos, fortalecendo a legitimidade das decisões administrativas e contribuindo para a melhoria dos resultados sanitários.

Nesse sentido, observa-se que os resultados identificados na literatura indicam que a utilização de evidências científicas favorece processos decisórios mais transparentes e fundamentados, permitindo que gestores públicos articulem informações epidemiológicas, dados administrativos e conhecimentos técnicos na definição de prioridades em saúde (Haby *et al.*, 2025).

Conforme assinala Kolt *et al.* (2026), a tomada de decisão baseada em evidências não se limita à simples utilização de dados científicos, constituindo um processo institucional complexo que envolve a integração entre diferentes atores sociais, incluindo pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas, os quais interagem em redes de governança destinadas a promover maior racionalidade nas decisões governamentais. Desse modo, pode-se afirmar que a incorporação sistemática de evidências fortalece a capacidade dos sistemas de saúde de responder a desafios estruturais, especialmente aqueles relacionados à distribuição desigual de recursos e à crescente complexidade das demandas sanitárias.

Outro aspecto relevante que emerge da análise dos trabalhos refere-se ao papel estratégico dos sistemas de informação em saúde no fortalecimento da governança pública. Nesse contexto, é possível compreender que a disponibilidade de dados confiáveis e continuamente atualizados constitui condição indispensável para a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que tais informações permitem

identificar tendências epidemiológicas, monitorar resultados das intervenções e orientar a alocação de recursos de maneira mais eficiente (Damasceno; Batista, 2025).

Conforme destacam Azevedo e Dusek (2025), a informação em saúde assume função estruturante nos processos de governança, pois viabiliza a produção de indicadores capazes de orientar decisões administrativas e avaliar o impacto das políticas implementadas. Com isso, torna-se evidente que a gestão baseada em evidências depende diretamente da existência de sistemas informacionais robustos, os quais operam como instrumentos de suporte à tomada de decisão em diferentes níveis da administração pública.

Sob essa mesma perspectiva, Damasceno e Batista (2025) ressaltam que os indicadores de saúde coletiva são fundamentais no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, permitindo a identificação de lacunas institucionais e a reorientação de estratégias governamentais quando necessário. Assim, observa-se que a governança baseada em evidências estabelece um ciclo contínuo de produção, análise e utilização de informações, processo que fortalece a capacidade dos sistemas de saúde de aprimorar continuamente suas práticas de gestão.

Quadro 1 – Elementos da Governança em Saúde Baseada em Evidências

Elemento	Descrição	Contribuição para a gestão em saúde	Referência
Evidências científicas	Produção de conhecimento proveniente da literatura científica e avaliações de políticas públicas	Orienta decisões estratégicas e reduz incertezas administrativas	Haby <i>et al.</i> (2025)
Sistemas de informação em saúde	Estruturas institucionais responsáveis pela coleta, organização e análise de dados epidemiológicos	Permite monitoramento das políticas e identificação de prioridades sanitárias	Azevedo e Dusek (2025)
Indicadores de saúde	Métricas utilizadas para avaliar o desempenho das políticas públicas e das ações em saúde	Possibilita avaliação de impacto e reorientação de estratégias	Damasceno e Batista (2025)
Articulação institucional	Interação entre gestores, pesquisadores e formuladores de políticas	Fortalece a governança e amplia a racionalidade das decisões	Kolt <i>et al.</i> (2026)
Monitoramento e avaliação	Processos contínuos de acompanhamento das políticas públicas implementadas	Favorece ajustes estratégicos e melhoria da gestão	Rola <i>et al.</i> (2025)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Haby *et al.* (2025); Kolt *et al.* (2026); Azevedo e Dusek (2025); Damasceno e Batista (2025); Rola *et al.* (2025).

Nesse contexto, conforme assinala Rola *et al.* (2025), a utilização sistemática de evidências científicas também contribui para o acompanhamento das metas relacionadas

aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente aquelas vinculadas à promoção da saúde e à redução das desigualdades sanitárias. Entretanto, embora os benefícios da tomada de decisão baseada em evidências sejam amplamente reconhecidos, a literatura também evidencia a existência de desafios estruturais que dificultam a plena incorporação desse modelo nos sistemas de saúde.

Pois, de acordo com Ferreira *et al.* (2025), persistem barreiras institucionais significativas relacionadas à comunicação entre pesquisadores e gestores públicos, fator que frequentemente limita a tradução do conhecimento científico em diretrizes operacionais aplicáveis ao contexto da gestão pública.

Quadro 2 – Principais Desafios para a Implementação da Governança Baseada em Evidências

Desafio	Caracterização	Impactos na formulação de políticas públicas	Referência
Distanciamento entre pesquisa e gestão	Dificuldade de tradução do conhecimento científico para a prática administrativa	Limita o uso de evidências nos processos decisórios	Ferreira et al. (2025)
Barreiras institucionais	Falta de estruturas organizacionais para apoiar decisões baseadas em evidências	Reduz a eficiência das políticas públicas	OECD (2025)
Limitações na capacidade técnica	Escassez de profissionais qualificados para interpretar evidências científicas	Compromete a qualidade das decisões governamentais	OMS (2025)
Influência de fatores políticos	Decisões orientadas por interesses políticos ou institucionais	Pode gerar políticas desalinhadas das necessidades sanitárias	Ferreira et al. (2025)
Fragilidade nos sistemas informacionais	Deficiência na produção e no monitoramento de dados em saúde	Dificulta a avaliação de políticas públicas	Azevedo e Dusek (2025)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ferreira *et al.* (2025); OECD (2025); OMS (2025); Azevedo e Dusek (2025).

Diante desse cenário, observa-se que muitas decisões administrativas continuam sendo orientadas por fatores políticos ou institucionais que nem sempre refletem as evidências disponíveis, situação que pode comprometer a efetividade das políticas implementadas.

Nesse contexto, os relatórios internacionais também têm destacado a importância de fortalecer os chamados ecossistemas de políticas públicas informadas por evidências. Conforme assinala a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2025), a consolidação desse modelo depende da construção de estruturas institucionais capazes de integrar produção científica, formulação de políticas e processos administrativos de forma articulada. Assim, observa-se que países que investem em

mecanismos de tradução do conhecimento e em estruturas de apoio à decisão tendem a apresentar maior capacidade de implementar políticas públicas mais eficazes e socialmente responsivas.

Além disso, conforme enfatiza a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025), o fortalecimento da capacidade institucional para utilização de evidências constitui um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de saúde contemporâneos, sobretudo em países que apresentam limitações estruturais na integração entre pesquisa científica e gestão pública. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que o desenvolvimento de competências institucionais voltadas para a interpretação e aplicação de evidências científicas representa um passo fundamental para o aprimoramento da governança em saúde.

Diante dessas considerações, torna-se possível compreender que a governança baseada em evidências se configura como um processo dinâmico que envolve a articulação entre conhecimento científico, sistemas de informação e estruturas institucionais de gestão pública. Pois, conforme destacam Sampé *et al.* (2025), a institucionalização de mecanismos de apoio à tomada de decisão baseada em evidências representa estratégia fundamental para fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de formular políticas públicas mais eficazes e socialmente orientadas.

5 CONCLUSÃO

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu evidenciar que a governança em saúde constitui um elemento estruturante para a formulação e a gestão de políticas públicas em sistemas de saúde contemporâneos, sobretudo em contextos marcados por crescente complexidade epidemiológica, limitações de recursos institucionais e ampliação das demandas sociais por serviços de saúde mais eficientes e equitativos. Nesse cenário, a tomada de decisão baseada em evidências emerge como um instrumento fundamental para orientar processos decisórios mais consistentes, capazes de articular conhecimento científico, informações epidemiológicas e diretrizes administrativas na definição de estratégias sanitárias voltadas à promoção da saúde coletiva.

Sob essa perspectiva, tornou-se possível compreender que a incorporação de evidências científicas nos processos decisórios não se restringe ao simples acesso a

informações técnicas, envolvendo, na verdade, a construção de mecanismos institucionais capazes de transformar dados e conhecimentos científicos em diretrizes operacionais aplicáveis à gestão pública. Assim, a governança em saúde baseada em evidências exige a existência de sistemas de informação estruturados, de capacidades institucionais voltadas à interpretação de dados e de ambientes organizacionais que favoreçam a interação entre produção científica e gestão administrativa.

Além disso, a análise realizada ao longo do estudo permitiu identificar que a consolidação desse modelo de governança enfrenta desafios relevantes, especialmente no que se refere à distância existente entre a produção de conhecimento científico e os processos de formulação de políticas públicas. Muitas vezes, a ausência de mecanismos institucionais voltados à tradução do conhecimento científico limita a incorporação de evidências nos processos decisórios, o que pode resultar em políticas públicas menos eficazes ou pouco alinhadas às necessidades reais da população.

Diante desse contexto, torna-se evidente que o fortalecimento da governança em saúde depende do desenvolvimento de estratégias institucionais voltadas à promoção de ambientes decisórios mais informados, nos quais o conhecimento científico seja integrado de forma sistemática aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. A criação de estruturas organizacionais voltadas à síntese e à disseminação de evidências, bem como o investimento na formação técnica de gestores públicos, representa um passo importante para ampliar a capacidade dos sistemas de saúde de utilizar informações científicas na definição de suas prioridades estratégicas.

Assim, pode-se afirmar que a governança em saúde baseada em evidências apresenta potencial significativo para aprimorar a qualidade das políticas públicas e fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de responder aos desafios sanitários contemporâneos. Por promover maior integração entre ciência, gestão e políticas públicas, esse modelo de governança contribui para o desenvolvimento de estratégias sanitárias mais eficientes, transparentes e socialmente orientadas, favorecendo a construção de sistemas de saúde mais resilientes e comprometidos com a melhoria das condições de saúde da população.

AGRADECIMENTOS

Seção opcional, onde o autor pode agradecer às agências financiadoras, ou outro tipo de agradecimento aplicável.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Régis Boechat Alt; DUSEK, Patricia Maria. Informação em saúde como recurso estratégico para a governança pública. **Revista FESA**, [s. l.], v. 3, n. 27, 2025. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/download/636/619>. Acesso em: 11 mar. 2026.

DAMASCENO, Savya Marinho; BATISTA, Nertan Ribeiro. Indicadores de saúde coletiva como ferramentas para avaliação das políticas públicas em saúde. **Revista Aracê**, [s. l.], v. 7, n. 7, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/6425/8917/25358>. Acesso em: 11 mar. 2026.

FERREIRA, Rodrigo G. L. A. *et al.* Favorable strategies and barriers to the use of evidence in health policy decision-making. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XJPB8P9BqgckF5pFT4nvvYJ/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

HABY, Michelle M. *et al.* An integrated framework to guide evidence-informed public health policymaking. **Health Research Policy and Systems**, Londres, v. 23, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387934964_An_integrated_framework_to_guide_evidence-informed_public_health_policymaking. Acesso em: 11 mar. 2026.

JABALI, S. H. *et al.* From bench to policy: a critical analysis of models for evidence-informed policymaking in healthcare. **Frontiers in Public Health**, [s. l.], v. 12, art. 1264315, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1264315>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2024.1264315/full>. Acesso em: 11 mar. 2026.

KOLT, Brett *et al.* Towards a shared vision for research on evidence-informed policymaking. **Health Research Policy and Systems**, [s. l.], v. 24, 2026. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12834343/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Strengthening national evidence-informed policymaking ecosystems: results from country experiences**. Paris: OECD, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/strengthening-national-evidence-informed-policymaking-ecosystems_855c5286-en/full-report/results-from-country-experiences_744712b2.html. Acesso em: 11 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Progress report on developing national institutional capacity for evidence-informed policy-making for health.** Genebra: WHO, 2025. Disponível em: <https://applications.emro.who.int/docs/EIPM-eng.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2026.

PARAJULEE, Prakash *et al.* Bridging the evidence-to-policy gap: strengthening the use of research evidence in health policymaking. **Antibiotics**, [s. l.], v. 15, n. 3, 2026. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-6382/15/3/255>. Acesso em: 11 mar. 2026.

PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi *et al.* Governance for health system resilience: Lessons from Brazil's decentralized health system. **Health Policy**, [s. l.], v. 167, art. 105586, maio 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2026.105586>. Acesso em: 11 mar. 2026.

ROLA, Rafael C. F. *et al.* Evidence-informed policy for monitoring Sustainable Development Goal 3 in the Americas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s. l.], v. 49, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2025.v49/e88/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

SAMPÉ, Lucas; PANDE, Suvarna; KELLY, Christine *et al.* **Evidence-informed policymaking: a conceptual framework.** Londres: FCDO Research Commissioning Centre, 2025. Disponível em: https://www.grtd.fcdo.gov.uk/wp-content/uploads/2025/05/RCC_EIPM_Framework_narrative.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

SUAZO-GALDAMES, Ignacio C. *et al.* Scientific evidence and public policy: a systematic review of barriers and enablers for evidence-informed decision-making. **Frontiers in Communication**, [s. l.], v. 10, art. 1632305, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2025.1632305>. Acesso em: 11 mar. 2026.

WHELAN, B. *et al.* A Rapid Evidence Support System Assessment (RESSA) of health policymaking in Ireland - A Protocol. **HRB Open Research**, [s. l.], v. 8, n. 70, jun. 2025. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC12368487/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

Contribuição dos autores

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

Disponibilidade dos dados

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

Como citar este artigo (APA)

Meneses, H. F. P., Barros, G. da S., Paula, M. da S., Santana, M. C. de, Machado, S. F., Arruda, S., ... Dantas, E. H. M. (2026). GOVERNANÇA EM SAÚDE E DECISÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: IMPLICAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SISTEMAS DE SAÚDE. *Veredas Do Direito*, 23(5), e235639. <https://doi.org/10.18623/rvd.v23.5639>